

Granda Rubrica

Canibalizar a União

Governadores decidiram trocar a negociação pela imposição. Já não querem discutir caso a caso, com o governo federal, a rolagem de suas dívidas. Preferem buscar ajuda no Congresso. Com uma lei aprovada segundo suas conveniências, poderão simplesmente exigir as condições que quiserem, como se os Estados fossem credores e não devedores da União. Pôr em xeque o Tesouro Nacional e os bancos federais, como se eles existissem somente para servir a governadores e prefeitos, é ameaçar a saúde financeira de todo o setor público. É absurdo supor que os Estados possam, sem perdas para todos, canibalizar financeiramente a União. Os brasileiros poderão lamentar por muito tempo esse erro político.

Não há confronto com o presidente da República, diz o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, encarregado por seus colegas de redigir o anteprojeto de lei. A declaração é desmentida pela decisão, reconhecida por ele e por outros governadores, de levar ao Senado sua proposta de rolagem. Aprovada uma lei, o presidente ou deverá aceitá-la, sem discussão, ou terá de vetá-la, opondo-se aos congressistas e arriscando-se a ter seu veto derrubado. É clara a situação de confronto. O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, disse em Brasília e repetiu em São Paulo que não aceita-

rá pressões, na renegociação das dívidas, nem ajudará quem não estiver disposto a se ajudar. Ninguém está pressionando os ministros, contesta o governador do Espírito Santo, Vitor Buaziz. "Queremos nos reunir com o presidente apenas para mostrar que os termos da negociação definidos no ano passado não deram certo e a crise aumentou." Mas todas as dificuldades podem ser discutidas, e vinham sendo, nos contatos com os ministros e técnicos da área econômica. Daí a achar que eles devam aceitar toda reivindicação há enorme distância. Eles conhecem as possibilidades do Tesouro Nacional e as condições dos bancos federais. Por isso a negociação é indispensável — e só por isso tem sentido. O que está em jogo, de fato, não é a vantagem de uma das partes, mas o melhor ajuste para o conjunto do setor público.

Isso os governadores parecem desconhecer, embora o do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, sustente o contrário. Ele afirma que os governadores e o presidente da República "estão afinados" com a idéia de que "o maior patrimônio do País é a estabilidade e o Plano Real". Ninguém está interessado, portanto, numa negociação



prejudicial à moeda. Na prática, porém, não se percebe essa afinção. Alguns governadores, ninguém nega, estão empenhados em arrumar suas contas. Têm procurado conter a despesa e remodelar o setor público. Até por isso, é exagero atribuir aos governadores, como tentou fazer o Secretário do Tesouro, Murilo Portugal, a responsabilidade maior por um déficit público, neste ano, maior que o projetado inicialmente. Mas o esforço tem sido insuficiente, o conjunto das contas continua em mau estado e esse é o ponto importante.

Quando o gasto, sem contar a dívida paga, é maior que a receita, não adianta achar que a renegociação resolva o problema, disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. Se o déficit primário persiste, é preciso maior esforço. Isso vale tanto para os governos de Estados e municípios quanto para a administração central. O governador Britto está certo, quando se refere à estabilidade como "patrimônio do País". Exatamente por isso, o confronto entre Estados e União não tem sentido. Ao propor um projeto de lei com as condições de rolagem, os governadores atribuem ao

Congresso um papel inadequado. É possível definir tecnicamente, com alguma segurança, os pontos de referência para uma negociação desse tipo. O recurso ao Congresso Nacional é mera manobra para fugir desses limites. Só a conveniência dos governadores é levada em conta na lista de reivindicações. Pretende-se renegociar a dívida contratual já renegociada, incluir novos débitos na rolagem, reduzir dras-

Ao envolver o Congresso na questão da dívida, governadores criam confronto que pode sair caro

ticamente o comprometimento da receita no pagamento da dívida e obter, de início, nova moratória de três meses, além de outras vantagens. As possibilidades do Tesouro, da Previdência e dos bancos federais não são consideradas. Os compromissos indicados como contrapartida são os mais óbvios e de interesse imediato dos governadores, como a limitação dos salários do funcionalismo.

Transferido para o Congresso, o debate será contaminado, provavelmente, por novos interesses. O Executivo terá maior dificuldade para negociar e o resultado final, quase com certeza, será muito mais custoso para os contribuintes.